

**Adriana Berno**

Mestranda em Economia - UFPR

E-mail: [adriana.berno76@gmail.com](mailto:adriana.berno76@gmail.com) – Celular: (41) 99625-9413

Endereço: Av. Prefeito Lotário Meissner, 632 – Campus III, Jardim Botânico

CEP: 80210-170 – Curitiba/PR - (Brasil)



## **A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E UMA A VISÃO DA CONSTITUIÇÃO DA FEDERAL DE 1988**

### **RESUMO**

A produção industrial no ano de 2002, uma reflexão sobre a desindustrialização acentuando um debate sobre um possível processo de desindustrialização no Brasil. A concepção de pesquisadores e governantes, era que após a rápida recuperação da recessão provocada pela crise subprime, resultado do estouro de uma bolha de investimento nos EUA, que cresceu ao longo dos anos de 2000, tendo como uma das consequências a perda da produção industrial, enfraquecendo sua força. Neste momento, os aspectos relevantes são componentes cíclicos e fatores estruturais que foram alocados como uma das contribuições para o menor crescimento da indústria. A defasagem do aperto das construções monetárias e um menor crescimento global, seria uma das explicações para a mudança social e econômica, na capacidade de consumir e em consequência a eliminação e/ou redução da capacidade indústria no Brasil, seriam um dos pensamentos para exemplificar a desindustrialização. Entretanto, também estão levantando pontos, como o choque na política monetária na atividade global, e fiscal. O presente artigo tem por objetivo explorar Estudo da arte da produção industrial, As correntes predominantes na área alocam a desaceleração industrial, foram os choques na demanda que explicam o comportamento da atividade industrial? O problema da pesquisa na tentativa de trazer o contexto de desindustrialização é um processo real e estrutural, na Constituição Federal.

**Palavras-chaves:** **Desindustrialização, Economia Brasileira, Constituição Federal Brasileira.**

### **ABSTRACT**

Industrial production in 2002, a reflection on deindustrialization accentuating a debate about a possible process of deindustrialization in Brazil. The conception of researchers and government officials was that after the rapid recovery from the recession caused by the subprime crisis, the result of the bursting of an investment bubble in the US, which grew throughout the 2000s, having as one of the consequences the loss of industrial production , weakening its strength. At the moment, the relevant aspects are cyclical components and structural factors that have been allocated as one of the contributions to the lower growth of the industry. The delay in the tightening of monetary constructions and lower global growth would be one of the explanations for the social and economic change in the ability to consume and, consequently, the elimination and/or reduction of industrial capacity in Brazil, would be one of the thoughts to exemplify the deindustrialization. However, they are also raising points, such as the monetary policy shock on global and fiscal activity. This article aims to

explore Study of the art of industrial production, The prevailing currents in the area allocate the industrial deceleration, were the shocks in demand that explain the behavior of industrial activity? The research problem in the attempt to bring the context of deindustrialization is a real and structural process, in the Federal Constitution.

**Keywords: Deindustrialization, Brazilian Economy, Brazilian Federal Constitution.**

## 1 INTRODUÇÃO

A revolução industrial, foi um marco para a economia no Brasil, neste período ocorrem mudanças políticas, monetária e fiscal, atingindo uma nova concepção de produção, praticamente em todos os setores. Neste aspecto surgem nas indústrias a busca de adaptar-se às necessidades da sociedade e ao novo ambiente de transformação industrial, de forma a melhorar a eficiência e tornar-se mais competitivas no cenário da economia e globalização.

Mas, a economia brasileira, tem sua história como um desenvolvimento capitalista tardio, sendo uma concepção primária sobre um dos aspectos relevantes da desindustrialização e posteriormente por pelo choque na política, monetária, choque na atividade global na indústria, choque fiscal.

Ocorreu realmente e trata de processo estrutural, abrangendo desvantagens de ser um país com o capitalismo tardio e sua Constituição política com lacunas destacando a efetividade na política, globalização, e fiscal.

O artigo alude que a legislação tem como base na Constituição Federal do Brasil, a Desindustrialização do Brasil real e estrutural, em uma visão de capitalismo tardio e o desenvolvimento Industrial atrelado às culturas ainda remanescentes da agricultura do Brasil e a nosso ordenamento jurídico com lagunas para a efetiva o capitalismo e as políticas fiscais do país.

Com o objetivo mostrar os aspectos, relevantes ao tema, foi realizado o levantamento da leitura de artigos, literatura e revista e a Constituição Federal do Brasil, sendo esta a base fundamental que organiza e rege o Brasil.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir, na segunda, é apresentado o referencial teórico sobre Legislação Brasileira e o processo de

Desindustrialização no Brasil, que permite identificar a evolução do tema desde o seu surgimento e as principais correntes teóricas sobre o assunto. A terceira seção apresenta o caminho metodológico seguido nesta pesquisa. A seção seguinte, Abordagem e discussão do tema e as Considerações Finais, contém os dados resultantes da análise qualitativa de texto, para compor a amostra deste trabalho.

## **2 BASE TEÓRICA**

### **2.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A Constituição Federal do Brasil, criada em 1988, onde rege o ordenamento jurídico brasileiro, para melhor concepção sobre o tema abordado no estudo, em primeiro a concepção de indústria, segundo Morceiro (2012): “A indústria de transformação (ou manufatura) é o agregado econômico com elevado potencial para alavancar o desenvolvimento econômico e social de uma nação, especialmente de países em estágios intermediários de desenvolvimento como o Brasil” (p.12).

Ao adentrar a definição de indústria, vamos ao tema da CF 88, onde são leis fundamentais do Brasil, para maior esclarecimento sobre a revolução industrial e as mudanças nos processos de produção, destaca, que se inicia pela extração mineral, produção de calçados, tecidos e alimentos, ainda vinculado na agricultura, e depois estendido a praticamente todos os setores.

Desde então, as indústrias têm buscado adaptar-se às necessidades da sociedade e ao novo ambiente da transformação industrial, de forma a melhorar a eficiência e tornar-se mais competitivas na economia global. Ocorre que a industrialização trouxe a preocupação com choques políticos, monetários, e fiscais com maior relevância.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, vigente até hoje, é um instrumento de realização do Princípio Constitucional da Seletividade. Neste sentido, o legislador, prevê em seu texto, o princípio da Capacidade Contributiva disposto no artigo 145 da Carta Constitucional, que, nada mais é do que o reflexo do mandamento da igualdade prevista nos artigos 5º, caput, e 150, inciso II, da Constituição Federal.

Ocorre que o incentivo fiscal para trazer as indústrias para o Brasil além de do capitalismo tardio, elas foram gradativamente retiradas, tendo em primeiro momento para alavancagem das indústrias vários incentivos fiscais realizados pelas políticas, e posteriormente o declínio. Observa que o nosso ordenamento Jurídico em específico a CF/88, não acompanhou todas as mudanças, a constituição apresenta lacunas e a mudança acontece em longos períodos, mas não o bastante para acompanhar a desindustrialização.

A Constituição promove uma seleção de produtos que serão atingidos pelo imposto, utilizando-se para tanto o critério essencial, que deve-se fazer uma discussão sobre parâmetros de aferição da essencialidade.

De acordo com Cano (2012): “Não há, na história, país algum que se desenvolveu, prescindindo de uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel do Estado Nacional” (p. 832). Na história o crescimento da indústria brasileira foi de forma precária.

Além do capitalismo tardio, o Brasil é um país em desenvolvimento é a Constituição de 1988, mesmo sendo promulgada, escrita, analítica, dogmática, rígida, reduzida, eclética, pretende ser normativa, principiológica, definitiva, autônoma, garantia, social e expansiva, este ordenamento jurídico, social e econômico do país, apresenta em texto as ambiguidades e contradições do quadro político que se foi configurando ao longo do processo de transição democrática, são característica para de um país em desenvolvimento, têm ainda suas raízes fundiárias. .

Os dominantes do liberalismo da economia, tem em seu texto constitucional a ideia de estabelecer no Brasil um modelo de capitalismo organizado e humanizado, mas deve ser levado em conta a diferença que rege o funcionamento do mercado livre e desregulado. Desta forma, a preservação, em diversos dispositivos da Constituição, do padrão de intervenção do Estado que havia se implantado ao longo do processo de industrialização do país.

Na realidade, a concepção original da Constituição de 1988, seria a implantação do capitalismo organizado e humanizado, mas foi substituída por uma política de afirmação de um modelo de capitalismo autorregulado inserido em um cenário de subordinação à economia global.

A política econômica então adotada tendeu a aprofundar essa diferenciação, à medida que engessou o crescimento do país, exacerbou o endividamento externo e a

vulnerabilidade externa da economia, aumentou o desemprego e a precarização das relações de trabalho, expandiu exponencialmente o endividamento público, comprometeu a capacidade do Estado e teve como consequência o processo real e estrutural da desindustrialização e a desnacionalização da economia.

Os princípios estabelecidos no art. 170 da Constituição, que dispõe sobre a ordem econômica. A afirmação da soberania nacional, para tanto deve ocorrer uma ação deliberada e planejada de aproveitamento das oportunidades abertas pela globalização, via expansão do comércio internacional, disponibilidade de recursos externos para o financiamento da produção e dos investimentos, reestruturação territorial da produção e incorporação de tecnologia.

Entretanto, a atual política externa tem como principais diretrizes a consolidação e ampliação do Mercosul, o fortalecimento do multilateralismo e de suas instituições, a integração política, econômica e fiscal da América do Sul e o reforço das relações Sul.

Para a caracterização da reestruturação do salário-mínimo, é extremamente significativa não apenas para o aumento do consumo, mas a melhoria real do bem-estar da população de baixa renda. A Constituição de 1988, notadamente a questão teve questões relevantes para resguardada ordem econômica, e o princípio da Capacidade Contributiva, mais ainda alguns pontos precisam ser amadurecido na política monetária, fiscal e a globalização, para que o Brasil, seja um país desenvolvido com suas diferenças, seja eles pelo Capitalismo Tardio (Mello. 2009), “Capitalismo Tardio como uma forma de interpretar o desenvolvimento capitalista em países periféricos com o intuito de contribuir.” Para (Oliveria.1972) a revolução de 1930 marca o encerramento da hegemonia agrário-exportadora do país uma “Reflexão da supremacia de um povo sobre outro povo”. Contextualiza a centralização política e econômica como característica de base em relação às forças sociais, o motivo relevante, não se tem a mesma estrutura de sua base de mão de obra e o produto agrícola ainda muito presente no mercado interno, são características muitos presentes, para o processo de desindustrialização do Brasil, e a Constituição Federal de 1988, que não consegue acompanhar a evolução e necessidades do país, possuindo lacunas estruturais, para que a desindustrialização se torna-se real e estrutural, que será pauta do próximo tema, se foi um processo real e estrutural, políticas, monetárias e fiscal.

## **2.2 O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL**

O desenvolvimento industrial brasileiro se deu lentamente e somente aconteceu após o rompimento de obstáculos e de medidas políticas, no governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, que foram imprescindíveis para que as indústrias se proliferassem no Brasil.

Ao longo dos anos em que o território brasileiro foi uma colônia portuguesa, a economia se restringiu à prática da agricultura. Para (CHANG.2022) uma visão crítica em relação ao papel do Estado no desenvolvimento econômico e em relação às políticas recomendadas aos países em desenvolvimento pelos órgãos de fomento internacional como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, trazendo a concepção de industrialização.

Mas ainda muito presente o comércio manufatureiro no Brasil que impedia o crescimento de colônia para a industrialização, nesses aspectos o país continuava fornecendo produtos agrícolas para o mercado externo.

Entretanto, o processo de independência do Brasil que iniciaram, na metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira em que os altos lucros traziam outros investimentos em atividades econômicas, como a indústria.

Foi nesse cenário dos grandes lucros da economia cafeeira que surgiram empresários, o desenvolvimento das estradas de ferro, com a infraestrutura necessária para o crescimento do país.

As primeiras indústrias foram surgindo de maneira, no final do século XIX e início do XX, mas ainda com pouca relevância na economia nacional e internacional, mantendo o Brasil praticamente realizando a importação dos produtos industrializados. Tendo neste período dependeu em grande parte da economia agrícola até a metade do século XX, sofrendo problemas econômicos e políticos.

Em resumo, é notável que, a base para as relações de dominação na economia se baseia, entre capital e trabalho, modelo de grandes periferias, onde os meios garantem a subsistência das estruturas e do sistema.

Para (Oliveira, 1972), realiza crítica a visão cepalina de que a fixação do salário-mínimo teria sido uma medida artificial para obter entre trabalhadores e capitalistas no mercado, sendo o papel do Estado de institucionalizar as regras do jogo, em contraponto ao liberalismo. Neste contexto, o autor explica que os salários pagos pelas atividades urbanas, principalmente, na indústria são mais alto que os rendimentos auferidos no campo, estabelecendo uma relação favorável a acumulação é a produtividade das atividades urbanas e os lucros auferidos.

O desenvolvimento econômico nos países periféricos, o problema na transição capitalista, a caminho para o pleno desenvolvimento, e a industrialização o setor agrário, a existência de um novo capitalismo (Mello. 2009).

No Brasil, por ser um país tendo a concepção do capitalismo tardio (Mello.2009), da periferia, nas perspectivas de baixo custo de produção, no consumo de produtos industrializados, ou seja, a exportação de capital financeiro produtivo.

Neste aspecto o país enfrenta o maior problema, as situações precárias de investimento e infraestrutura de serviços, e ainda muito presente a subsistência da agricultura.

Para tanto, a industrialização no Brasil foi arcaico, característica de uma nova forma de desenvolvimento com o capitalismo retardatário (Mello.2009).

Para o Brasil é fundamental, para questionar os limites e possibilidades para desenvolvimento econômico brasileiro e latino-americana (Oliveira, 1972), são presente as inovações tecnológicas e redução ao o emprego qualificado o homem se torna mera parte da máquina, o mercado de trabalho, no movimento capitalista, que determina salários, garantia a oferta de trabalho.

Para (Oliveira,1972), questiona que o capitalismo somente pode atingir seu estágio avançado de desenvolvimento, quando há departamento de bens de capital capaz de criar e desenvolver inovações técnicas. Entretanto (Mello, 2009) tem em sua visão que a industrialização se deu em um capitalismo chamado retardatária, e a condição de economias exportadoras capitalistas, pois tem características próprias, se baseia na dependência da exportação de bens primários, como o café no Brasil, que permitiu surgir forças capitalistas, o trabalho assalariado e a criação de mercados, no setor exportador.

Na concepção de industrialização no Brasil, com reconstrução da política nacional, monetária e fiscal é ainda muito defasado. Neste momento, um breve relato sobre o Brasil de

seu capitalismo tardio e o processo de desenvolvimento Industrial ainda que precário. No período de 2008 a 2012, um processo de desaceleração industrial, a intenção do estudo em investigar, se deu por processo real e estrutura em decorrência de suas fraquezas, nos choques políticos, monetários e fiscais.

Ao adentrar as fraquezas que levaram a desindustrialização do Brasil, pelos choques políticos, monetários, e fiscais, a globalização em uma economia aberta com dois setores, comercializáveis e não comercializáveis. O Choque na política monetária, o Choque na atividade global, e o Choque fiscal são um dos aspectos para a análise de desindustrialização brasileira em 2008 a 2012, com para Ian e Bicalho (Bache, 2013).

Para reconstrução da política nacional do Brasil, 1964 entre golpe do estado, destruição das bases, toda a parte histórica brasileira, em capitalismo tardio, país em desenvolvimento, com característica ainda do feudalismo. Desta forma, não seria fácil uma geração, que há mais de 30 anos em crise, política monetária e fiscal, sempre presente em todos este período, não sofresse com a crise na economia global.

Mas vale destacar que no período de 2008 a 2012, para Ian e Bicalho (Bache, 2013), apresenta que a Indústria sofreu a desindustrialização no período em processo real e estrutural. Pelos motivos, de ser um país capitalista retardatário, em um processo de industrialização precário, ainda com raízes na agricultura, muito presente pelos choques políticos, monetários e fiscais, tendo uma forte desaceleração dos investimentos públicos e na economia global.

Em suma, a desaceleração recente da indústria explica por forma real e estrutural, problemas de infraestrutura altos custos de mão de obra, a carga tributária, o combate à inflação em 2011, que afetaram a demanda.

A Indústria sob choques negativos teve o aperto de 2011 com efeito concentrado na indústria, agravado pelo menor crescimento global e necessidade de desacelerar mais a economia sendo os efeitos da política, a inflação, e o fiscal, forte via desaceleração dos investimentos, pode ter contribuído para fraqueza da indústria. O comportamento da demanda ajuda a explicar a dinâmica da produção industrial de transição do período de desindustrialização.

### 3 METODOLOGIA

Para efetivação de uma pesquisa torna-se fundamental realizar algumas etapas científicas, Cooper e Schindler (2016), corroboram que num contexto amplo de etapas tem-se: (I) descobrir os problemas de pesquisa; (II) escolher um problema no qual se concentrar; (III) elaborar o planejamento de pesquisa; (IV) escolher os métodos de coleta de dados; (V) analisar, interpretar e produzir relatórios sobre o objeto em estudo; e (VI) tomar a decisão gerencial de como resolver o problema.

A fundamentação teórica desta pesquisa baseia-se na proposta de estudo para verificar a importância apresentar dos aspectos da desindustrialização em uma visão com o ordenamento jurídico da Constituição Federal, em um processo real e estrutural de eliminação ou redução da capacidade industrial, ou seja um dos efeitos defasado, o capitalismo que seja foi tardio, o ordenamento jurídico com suas lacunas e aspectos precários de políticas monetárias e fiscais, em comparação aos países desenvolvidos. As correntes de choques na demanda explicam o comportamento da atividade industrial, por meio de artigo e texto da literatura.

Para o estudo do caso, em primeiro momento de caráter investigativo, e coleta de dados. Para Michel (2009); Lakatos e Marconi (2007) as técnicas de coleta de dados tem natureza instrumental e devem viabilizar a coleta de dados e informações objetivando a análise e a explicação dos aspectos estudados. A coleta de dados deve ser precedida de uma definição pontual e objetiva de questões relevantes, tais como o tema, o problema, os objetivos, a revisão da bibliografia, a identificação das categorias de análise e o tipo de trabalho que será realizado (MICHEL, 2009). Acrescenta o autor que a coleta de dados é uma observação da vida real que, quanto a sua natureza, pode ser dividida da seguinte forma:

(1) Dados Primários: extraídos diretamente das fontes pesquisadas, tais como as pesquisas realizadas em campo, nos *websites*, legislação.

(2) Dados Secundários extraídos por meio de análise documental Constituição Federal 1988, livros e revistas.

Quanto à abordagem do problema, ela é predominantemente qualitativa, pois segundo Martins e Theóphilo (2007, p.61), “é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos”.

A Pesquisa também possui características à investigação documental (VERGARA, 2006), descritiva e explicativa, com objetivo das investigações realizadas por pesquisadores sociais, preocupados com a atuação prática, propiciando uma nova visão do problema (GIL, 2012). Assim, busca fornecer uma visão geral do problema, do tipo aproximativa, possibilitando maior familiaridade e compreensão do investigador em relação ao fenômeno ou caso o que resulta no aprimoramento de ideias (GIL, 2012). Análise de artigo para apresentar as fraquezas recentes da produção industrial pode ser um dos sintomas de um processo estrutural de desindustrialização, ou seja dos um efeitos defasado e correntes de choques na demanda explicam o comportamento da atividade industrial.

Primeiramente, realizou-se a verificação da legislação a Constituição Federal, em seguida a busca de literatura referência a Desindustrialização Industrial em uma perspectiva real e estrutural, realizando uma leitura sistema dos tema de capitalismo tardio, o Brasil como país em desenvolvimento, e o seu processo real e estrutura da desindustrialização, nos aspectos da política monetária e o ordenamento jurídico a Constituição Federal. Consequentemente, a partir da dimensão "Desindustrialização" realizou-se a leitura da literatura e da Constituição Federal de 1988, buscando respostas para as seguintes questões: a) O processo de industrialização foi real e estrutural? b) Que o capitalismo foi tardio e tem muitas raízes na agricultura e a Constituição Federal rígida e com lacunas permeiam uma política monetária e fiscal de países periféricos c) Uma visão sistêmica da Constituição Federal de 1988 e a desindustrialização?

## **A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2022 OS ASPECTOS DE UMA E UMA VISÃO DA CONSTITUIÇÃO DA FEDERAL DE 1988**

Nesse contexto para a pesquisa efetivar-se teve-se como intuito enfatizar o as fraquezas nas indústrias são considerados pontos essenciais para a sobrevivência frente e à acirrada competitividade, e crise mundial. Para análise dos problemas de pesquisa a) Existem Fraquezas? Houve a desindustrialização no Brasileira. Resultando assim no atendimento o choque monetário, político, e demanda e tributário, dentre tantas outras necessidades neste mundo globalizado.

#### 4. ABORDAGEM E DISCUSSÃO

O trabalho defendendo a ideia de que no sistema econômico vigente hoje nos países em desenvolvimento serão sempre países em crescimento tardio. Devido ao capitalismo de subordinação entre ricos e pobres não tem como ser extinta, pois ela é necessária para a circulação e manutenção do sistema capitalista. Portanto as nações ricas continuam *chutando a escada*, impedindo que os outros países obtenham o sucesso que eles atingiram; e isso não mudará, pois é apoiado pelo capitalismo vigente. (CHANG 2022).

Por que, então, o setor industrial sofreu mais que os outros pelos fatores cíclicos. Pelos impactos para o setor de serviços e para a indústria de transformação, percebe-se uma assimetria, as simulações mostram que os choques na política monetária são mais intensos na atividade industrial do que nos serviços, assim como os efeitos da atividade econômica global: o impacto de um choque de política monetária na indústria de transformação é quase o dobro do observado no setor de serviços. No caso de um choque na atividade econômica global, o impacto na indústria em relação ao setor de serviços. As despesas fiscais são significativas em impactar o setor de serviços. No entanto, é razoável esperar que alguns componentes das despesas do governo, como os investimentos, sejam mais relevantes para a indústria de transformação.

Na interpretação do art. 170 da CF/88, o Estado está autorizado a intervir na economia aos preceitos escritos que aludido artigo, e prevê que pode fazer se utilizando da política tributária, nos moldes do art. 149, neste momento, visualiza que o Estado pode interferir na economia, de forma a promover os princípios da ordem econômica, mas esta intervenção no Brasil tem sua forma política e na preocupação com a competitividade de pais desenvolvidos.

Entretanto, apesar da desaceleração da produção industrial ser condizente com o aperto das condições de demanda em 2011, nota-se uma mudança em 2012. A indústria evoluiu abaixo do estimado pela demanda em 2012, o que pode ser um sinal de que outros fatores, além da demanda, influenciaram a dinâmica da indústria de transformação.

Não é fácil distinguir ciclos de tendências. Nem após os fatos, muito menos enquanto os vivenciados. A percepção acaba oscilando junto com o ciclo, extrapola-se para o futuro a situação no presente.

Entretanto, se a mudança real e estrutural no Brasil, provavelmente terá que conviver com crescimento mais baixo da indústria por algum tempo, e com as lacunas da Constituição presente. Observa, que há, ainda, problemas estruturais específicos no Brasil. A alta carga tributária, a falta de infraestrutura e a elevação substancial do custo da mão de obra (resultado da escassez recente) tendo reflexos na redução a competitividade da indústria e diminuído o seu crescimento ao longo do tempo.

A desindustrialização e a desaceleração seja consequência de fatores cíclicos. Esses fatores estariam somando-se mais recentemente às tendências mais longas. De fato, há evidências de que os fatores cíclicos contribuíram para a desaceleração da indústria. Os fatores de demanda na indústria de transformação apartir de 2011. Por fatores de demanda, como consumo de bens, à formação bruta de capital fixo, e os componentes indireto, da demanda, a saber: 1) a taxa real de juro; 2) o crédito; 3) a taxa de câmbio real; 4) carga tributária e 5) o crescimento global.

Vale destacar que o setor industrial sofreu mais que os outros setores, pelos fatores cíclicos, isso se deve pela capacidade de dinamizar o sistema produtivo, à sua relação com a inovação e difusão tecnológica e ao seu papel preponderante em um contexto de restrição de divisas, além das características história de um país colônia, com cultura no setor agrícola e com o seu capitalismo tardio, entendimento de (Mello. 2009).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A desindustrialização no Brasil, teve seu processo de forma real e estrutural, neste contexto, verifica o capitalismo tardio nos países em desenvolvimento como o Brasil, com uma Constituição de 1988, rígida com estruturas feudais e textos dispersos, destacando que as dos choques políticos, monetários e fiscais, que são necessários para ideologia econômica, não acompanharam a industrialização e seus aspectos.

Os países periféricos, tem sua história em um capitalismo retardatário, e um processo de industrialização precário ainda com raízes na agricultura para a subsistência da população, com uma constituição rígida e com lacunas para que o sistema continuasse

engessado. A desindustrialização e a desaceleração são consequência de fatores cíclicos, que contribuem para essas oscilações em relação à economia no Brasil, desta forma, uma concepção de um país com capitalismo tardio, com características do feudalismo, e o seu ordenamento jurídico com lacunas, trouxe impactos que ainda são presentes no Brasil, como pobreza, educação precária entre outros aspectos de países que lutam para a competitividade de estar em desenvolvimento.

A desaceleração da produção industrial foi condizente com o aperto das condições de demanda em 2011, nota essa mudança em 2012. A indústria evoluiu abaixo do estimado pela demanda em 2012, o que pode ser um sinal de que outros fatores, além da demanda, influenciaram a dinâmica da indústria de transformação. A desaceleração recente da indústria pode ser explicada pelas dificuldades que o Brasil acompanha há algum tempo de um processo real e estrutural e da legislação federal que trata de um capitalismo tardio, ordenamento jurídico com lacunas e a industrialização precária.

O objeto do estudo foi evidenciar as fraquezas da desindustrialização, e se foi um processo estrutural e real, com muitos choques negativos (de demanda) afetaram a indústria em 2011, demanda parece explicar dinâmica da indústria pós 2008, mas vale destacar há surpresa para baixo consumo entre o final de 2011 e início de 2012, teve um sinal de uma nova perspectiva na indústria. Esclarece que o Brasil sofreu e sofre por seu um país em ter o capitalismo tardio e a Constituição Federal morosa na publicação de emendas constitucionais.

Sugere-se que novos estudos sejam efetuados ampliando o estudo sobre a desindustrialização em índices socioeconômicos, entre outros.

Não é fácil distinguir que os ciclos de tendências, são fatores que oscilam e se repetem destacando a necessidade de busca de uma nova ideologia na economia para o futuro, levando em conta o país e suas características, sob a influência de fatores cíclicos, para a retomada da indústria e da economia global.

Os problemas estruturais são ainda presente no Brasil, a alta carga tributária, a falta de infraestrutura e a elevação substancial do custo da mão de obra, e lentidão do ordenamento jurídico para os aspectos da evolução na política monetária e fiscais. Como, sugestão para trabalhos futuros, responder a provocação feita para utilizações diferentes

procedimentos metodológicos, para a complexidade do entendimento de desindustrialização no Brasil, seus aspectos econômicos, característica histórica, entre outros.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

CANO, Wilson et al. **A desindustrialização no Brasil.** Campinas: Economia e Sociedade, 2012. v. 21. p. 831-851.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** Tradução de Luis Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração.** 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

Edmar Bacha. **O Futuro da Indústria no Brasil: Desindustrialização em Debate. Análise da Dinâmica da produção industrial entre 2008 e 2012.** ed. José Olympio Ltda. 2013.p. 173-200.

FIORI, José Luiz. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado Desenvolvimentista.** Rio de Janeiro : Editora da UERJ, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GILPIN, Robert. 1987. **A economia política das relações internacionais.** ed. Universidade de Brasília, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Facamp, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A. 2009.

MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000- 2011**: abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State**. 1995, 1970, p. 69-86.

VERGARA, S. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1972. Capítulo I e II.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ed., Porto Alegre: Bookmann, 2012.